

UM MOVIMENTO DE MULHERES NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM COMUNIDADES CRISTÃS

A MOVEMENT OF WOMEN IN THE COURSE OF GENDER VIOLENCE IN CHRISTIAN COMMUNITIES

Vinicius Oliveira Seabra Guimarães¹

Resumo: O artigo propõe reforçar a luta das mulheres em desvelar a violência simbólica, e a violência propriamente dita, em que estão e são submetidas em igrejas e comunidades cristãs no Brasil. O texto se delimita a partir das informações e relatos disponíveis no site do Projeto Redomas, concentrando a análise na cartilha: “Não é falta de oração – cartilha de combate à violência contra mulher em igrejas e comunidades cristãs”. A escolha em focar neste projeto específico se deu por ser uma atual plataforma social de discussão sobre a temática das violências de gênero nas igrejas. O referencial teórico-metodológico utilizado se centraliza em Pierre Bourdieu, por compreender que a sociedade moderna está em constante conflito para classificar, desclassificar e reclassificar os padrões sociais, legitimando *habitus* e fortalecendo uma cultura dominante, na qual as mulheres são discriminadas e marginalizadas. A conclusão que se chega é que a violência de gênero, especificamente no caso das mulheres, praticada no contexto religioso cristão brasileiro, é um campo de discussão fortemente petrificado por uma visão masculinizada da fé, o que coloca tais discussões sobre gênero na zona dos tabus quase que intransponíveis. Contudo, é possível criar nas comunidades cristãs espaços de conscientização, acolhimento às vítimas e combate à violência de gênero.

Palavras-chave: Movimentos sociais; mulher; comunidades cristãs.

Abstract: The article proposes to reinforce the struggle of women to unveil the symbolic violence, and the violence itself, in which they are and are subjected in Christian churches and communities in Brazil. The text is delimited from the information and reports available on the Redomas Project website, focusing the analysis on the booklet: "It is not a lack of prayer – a primer to combat violence against women in Christian churches and communities." The choice to focus on this specific project was given as a current social platform for discussion on the theme of gender violence in the churches. The theoretical-methodological framework used centers on Pierre Bourdieu, because he understands that

Artigo submetido em 27/09/2018. Aprovado em 26/11/2018.

¹ Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás); linha de pesquisa: Educação, Sociedade e Cultura. Participa do Núcleo de Estudos de Religião Carlos Rodrigues Brandão (NER) — entidade vinculada à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (FCS/UFG). Atualmente desenvolve pesquisas nas áreas de educação, juventudes, pobreza e religiosidade. E-mail: vs.seabra@gmail.com



modern society is in constant conflict to classify, disqualify and reclassify social standards, legitimizing habitus and strengthening a dominant culture in which women are discriminated against and marginalized. The conclusion reached is that gender violence, specifically in the case of women, practiced in the Brazilian Christian religious context, is a field of discussion strongly petrified by a masculinized view of the faith, which places such discussions on gender in the area of taboos almost insurmountable. However, it is possible to create spaces of awareness in the Christian communities, welcoming the victims and combating gender violence.

Keywords: Social movements; woman; Christian communities.

Introdução

A escolha por discorrer sobre uma temática dentro do campo dos movimentos sociais, especificamente sobre o movimento de mulheres no contexto de igrejas e comunidades cristãs no Brasil se deu, essencialmente, pela compreensão de que é preciso criar um espaço em que a luta do *outro* também seja a *minha* luta. Entendendo que desta forma, por meio de ações coletivas e por meio de uma resignificação social do papel da mulher, é que se torna possível transformar o ambiente religioso cristão com tantos discursos e práticas machistas já naturalizados, em um espaço acolhedor às vítimas de violência de gênero e, ao mesmo tempo também, ser um local que resolutamente combata a violência contra a mulher.

O objetivo deste artigo é reforçar a luta das mulheres em combater as violências de gênero em igrejas e comunidades cristãs, dando visibilidade a iniciativas como as do Projeto Redomas. Deste modo, intenta-se desvelar a violência, e a violência simbólica, em que estão submetidas as mulheres nos espaços cristãos, sendo por vezes, expostas, objetificadas, coisificadas, classificadas, marginalizadas e caladas. O problema que se propõe a responder é: Como sobrepular o discurso machista em comunidades cristãs tornando as igrejas espaços de acolhimento às vítimas e também de enfrentamento a violência contra a mulher?

A análise será permeada pelos conceitos e categorias de Pierre Bourdieu, por entender que o discurso machista instaurado e naturalizado nas comunidades cristãs são frutos de uma disputa histórica de campo para classificar, desclassificar e reclassificar os padrões sociais; também por entender que a lógica atual de inferiorização do papel da mulher na igreja foi um *habitus* construído intencionalmente para causar distinção, diferenciação e dominação masculina; também por compreender que o *ethos* cristão é carregado de violência simbólica contra a mulher. Partindo dessas categorias como



referencial teórico-metodológico, então, serão feitas aproximações conceituais com uma recém-cartilha publicada pelo Projeto Redomas, sob o título: “Não é falta de oração – cartilha de combate à violência contra mulher em igrejas e comunidades cristãs”.

Pressupostos teóricos-metodológicos bourdieusianos

Pierre Bourdieu (1930–2002) é considerado um dos grandes pensadores do século XX. Ele começou sua produção intelectual na década de 1960 e desenvolveu, ao longo dos anos, estudos sociológicos com a perspectiva de denunciar os mecanismos e a forma estrutural de dominação simbólica que se dá por meio das relações sociais em que os indivíduos estão submetidos. Por meio de seus estudos no âmbito da Sociologia, apresentou novos conceitos, dentre os quais se destaca: o *habitus*, a violência simbólica, o conceito de campo e os tipos de capitais.

O conceito de *habitus* em Bourdieu é importantíssimo para a compreensão das práticas assimiladas como legítimas e ilegítimas em uma determinada sociedade e em um determinado tempo histórico. Para Bourdieu (1996, p. 22) “os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas”. Pode-se, então, entender por *habitus* o resultado das interações, perceptíveis ou não, que definem a forma de ser do indivíduo em uma determinada sociedade. Para tanto, Bourdieu critica a formação das escolhas pessoais, o gosto por, os discursos, e as formas de comunicação/expressão como construtos sociais herdados e reafirmados pelas instituições reguladoras, especialmente a escola e família, porém, seguindo essa mesma lógica, incluiremos também nessa lista a religião como instituição reguladora e classificatória dos padrões sociais.

O conceito de campo social em Bourdieu (2007) representa os espaços de dominação e conflitos entre as classes sociais e as diferentes culturas. Elementos estes que estão em constante subversão entre si com o intento de classificar, desclassificar e reclassificar os padrões sociais. Para que haja condições de sobrevivência nesses campos, segundo Bourdieu, é preciso que se conheçam as estratégias de campo, ou seja, é preciso conhecer quais os valores, ideias, ideologias, utopias, credences, medos, intentos, omissões, discursos, verdades e mentiras de cada diferente campo para, então, ter condições de jogar e disputar espaço nos campos que legitimam os padrões sociais.



Pierre Bourdieu (2003) acreditava que não havia apenas o capital econômico como forma de capital, isto é, expressão de troca e valor extrínseco. Por isto, ele concebeu outras formas de capital, a saber: capital cultural, capital social, capital intelectual. O capital intelectual refere-se à instrução acadêmica e nível de conhecimento formal. O capital social refere-se à rede de relacionamentos de cada pessoa. O capital cultural é o resultante da interação de todos os capitais que define o *ethos* de cada pessoa em um determinado grupo social.

Pierre Bourdieu trouxe várias contribuições para o desnude da realidade contemporânea. Ele extrapolou a concepção marxista de vinculação do social meramente condicionado ao processo produtivo/econômico e levou-o a perspectivas simbólicas veladas e reforçadas pelos discursos e práticas cotidianas. Para Bourdieu (2011) cada pessoa é fruto de conexões limitadas e impostas socialmente, culturalmente, intelectualmente e economicamente. E, nesse duelo de campos, os indivíduos se encontram em processo de constante transformação, conflito e disputa, quiçá até são violentados simbolicamente com fins a desfrutar da aceitação em um grupo/coletivo social ou, inversamente, de enfrentamento dos padrões sociais legitimados.

A categoria violência simbólica foi uma das grandes denúncias feita por Bourdieu (1989) em sua literatura. O termo violência simbólica refere-se ao processo em que se dá a castração simbólica das personalidades e personalidades, condicionando as pessoas a um padrão coletivo considerado aceitável e legítimo, por vezes, este é o padrão da classe dominante que se impõem sobre outros grupos e culturas. Nesse sentido, a violência simbólica é uma estratégia de campo que produz, intencionalmente, a inferiorização e a marginalização de alguns para obter poder e dominação sobre esses. A violência simbólica é, por vezes, imperceptível e velada, apesar de compor o discurso oficial, pois geralmente tais padrões já estão naturalizados no cotidiano e na cultura, conforme considera Bourdieu (2002).

O processo de violência simbólica se desenvolve ao longo da vida das pessoas como uma espécie de regulamentador das práticas culturalmente aceitas. Para Bourdieu a escola é um dos mais adequados ninhos de agentes violentadores, pois é fortemente regulamentado pela autoridade coercitiva dos agentes educativos que detêm o poder. Entretanto, é possível alinhar tal denúncia também às comunidades cristãs e igrejas, entendendo ser a religião uma instância socializadora, formadora e educativa. Ressalva-se que Bourdieu não faz tal



aproximação com o campo religioso, não ao menos de forma explícita e direta, pois a religião não era seu objeto de investigação propriamente dito, porém tais distintivos são aplicáveis.

Paralelo aos pressupostos bourdieusianos propõe-se aqui nesse artigo analisar a religião como uma instância socializadora, como um fenômeno social (BERGER, 1985) e como um espaço educacional intencionalmente constituído para institucionalizar a vida social (BERGER, 1973) e legitimar *habitus*, sendo este espaço regado de caracteres simbólicos que tonificam as representações e padrões sociais de um determinado grupo. A religião, neste prisma, segundo Berger (1985), se apresenta como uma construção social e histórica de exteriorização, objetivação e interiorização da própria sociedade, atribuindo significados para além do mero simbolismo e, efetivamente, amoldando as práticas sociais do cotidiano, é nesse entrecruzar de conceitos que destacaremos Bourdieu como base teórica para a análise.

A expressão “padrão social” e o termo “representação social” estão sendo utilizados nesse artigo para designar uma integração e a relativa absorção de práticas culturais que se mostram no cotidiano. Assim sendo, refere-se à construção de práticas comportamentais e, portanto, estabelece elos de comunicação entre os sujeitos e o grupo social em que estão inseridos, quer sejam religiosos ou não. A religião é tratada nesse artigo como representação social por ter significados coletivos, por dialogar com o *habitus* de um determinado grupo e por reproduzir o movimento inerente às transformações/disputas que ocorrem no contexto sociocultural, pressupostos conceituais estes que estão em conformidade com a perspectiva de Lefèbvre (1983), Berger (1985) e Bourdieu (1989).

As representações sociais das igrejas e das comunidades cristãs se dão, majoritariamente, a partir dos processos ritualísticos e litúrgicos, inerentes ao discurso dos movimentos religiosos. Isto favorece e fortalece determinados *habitus* que circunvizinham as mais variadas esferas da vida, podendo, assim, agregar resistência, aceite e/ou transformação social, sendo esse um intencional processo educativo, socializador e formativo, ainda que institucionalizado e espiritualizado pelas vias da religião.



“Projeto Redomas”: a violência de gênero em comunidades cristãs

Partindo dos pressupostos teórico-metodológicos assumidamente bourdieusianos, conforme apresentados resumidamente nos parágrafos anteriores, é possível aproximar tais conceitos das condições sociais em que estão submetidas as mulheres em comunidades cristãs no Brasil, especialmente no que tange à categoria violência simbólica. Neste sentido, na tentativa de tornar a análise mais plausível e melhor delimitar a análise, foi escolhido como recorte documental, temporal e histórico o “Projeto Redomas” (www.projetoedomas.com) como objeto de investigação, tipificação e exemplificação acerca da violência de gênero em igrejas e comunidades cristãs.

O referido projeto surgiu em setembro de 2015 e atualmente é coordenado por cinco mulheres: Luciana Santos (Recife, PE), Bianca Rati (Curitiba, PR), Luciana Petersen (São João del-Rei, MG), Amanda Lopes (Curitiba, PR) e Paloma Santos (Recife, PE). O Projeto Redomas surgiu em um encontro regional (região Sul) da Aliança Bíblica Universitária do Brasil (ABUB), mas o movimento não foi uma iniciativa da ABUB e abrange outros espaços cristãos de discussão acerca do papel da mulher na sociedade e na igreja. Conforme exposto no próprio site do projeto, este “nasceu com a proposta de dar visibilidade às narrativas de mulheres que, em algum momento da vida, em alguns espaços cristãos, foram expostas, objetificadas, classificadas e caladas” (REDOMAS – *quem somos*, 2018, s.p.).

O projeto apresenta relativo alinhamento com o discurso dos movimentos sociais feministas, porém apresenta especificidades que os distinguem enquanto parte de um movimento social específico de enfrentamento à violência de gênero em comunidades cristãs. O Projeto Redomas, como está disposto atualmente, apresenta-se como uma possível plataforma social, constituindo-se como um local relativamente livre para a reflexão e a expressão da condição da mulher nas comunidades cristãs brasileiras. Ao longo destes três anos o movimento enfrentou dificuldades para se estabelecer nos espaços cristãos, especialmente pela resistência masculina em dar voz as mulheres. Atualmente, o site do projeto conta com amplos recursos para difusão da temática acerca da violência de gênero, a saber: textos, *podcast*, estudos bíblicos indutivos (MBI), relatos pessoais, ensaios fotográficos, ilustrações, transcrições de áudios e materiais para *download*.

O Projeto Redomas tem este nome para fazer menção a algo ou condição que está enclausurado em uma redoma e também leva esse nome por fazer menção ao livro *Redoma*



de Vidro, de autoria de Sylvia Plath (2014). O projeto pode ser considerado parte integrante, porém não totalizante, do movimento social feminista, especificamente no que tange a luta pelo acolhimento das mulheres violentadas/agredidas e pela desmistificação do *habitus* machista inerente ao modelo de cristianismo presente no Brasil.

Levando em consideração a abordagem teórica de Maria da Glória Gohn (2014), o Projeto Redomas pode ser configurado como parte dos movimentos sociais de mulheres, pois promove mobilizações estruturadas, integra uma causa coletiva e como tal está em constante transformação e em movimento a partir das interações/conflitos com a sociedade. Em termo de classificação poderia ser colocado dentro da terceira onda/fase do feminismo no mundo, que é datado a partir de 1900, especialmente no que tange as seguintes características: “busca por reconhecimento” e “transformações culturais” (p. 136).

As organizadoras do Projeto Redomas afirmam que o projeto “foi pensado e está sendo organizado por mulheres cristãs que pretendem promover um diálogo para encerrar, de uma vez por todas, a circulação de discursos que considerem mulheres apenas como objetos dentro dos espaços de exercício de fé” (REDOMAS – *quem somos*, 2018, s.p.). Nesse artigo concentraremos a abordagem especificamente na cartilha: “Não é falta de oração – cartilha de combate à violência contra mulher em igrejas e comunidades cristãs” (PROJETO REDOMAS, 2018). Essa escolha se deu por entender que a referida cartilha é uma representação palpável do projeto e sintetiza, satisfatoriamente, os postulados acerca da violência de gênero, reiterando a noção de disputa de campo conforme considera Bourdieu.

Na cartilha desenvolvida pelo Projeto Redomas, intitulada de: “Não é falta de oração – cartilha de combate à violência contra mulher em igrejas e comunidades cristãs”, observa-se uma enfática defesa do papel da mulher no processo formativo/educativo nas comunidades cristãs e também desvela as mais diversas formas de violência em que a mulher cristã está submetida, quer seja pelos discursos ou até mesmo pela prática cotidiana legitimada pela religião. Embasadas na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), o projeto expande a concepção de que a violência não é apenas física, mas abarca outras formas de representação social, aproximando-se da noção de violência simbólica conforme propõe Bourdieu.

Entende-se por violência de gênero qualquer ato e/ou intenção que “cause morte, sofrimento físico, psicológico ou sexual às mulheres” (PROJETO REDOMAS, 2018, p. 03). Neste viés, não é apenas considerado violência aquela de origem física, mas abre-se a



discussão para compreender a violência em suas mais variadas formas e representações simbólicas. Portanto, o movimento entende que qualquer atitude que coloque em risco a integridade e a saúde corporal da mulher é considerado violência física; qualquer situação de ofensa verbal é considerado violência moral; qualquer subtração ou destruição de bens é considerado violência patrimonial; qualquer dano emocional ou ação que prejudique o desenvolvimento humano é considerado violência psicológica; e, qualquer tipo de relação sexual não consensual é considerado violência sexual.

A violência sexual no contexto das comunidades cristãs é uma das temáticas mais presentes nas descrições e relatos do Projeto Redomas, isto porque, alguns grupos cristãos defendem, equivocadamente, a ideia de que a mulher não pode negar ter relações sexuais com o cônjuge sob nenhuma circunstância. Nestes casos, usa-se, distorcidamente, o texto bíblico de 1 Coríntios 7:3-4 como argumento:

“O marido deve cumprir os seus deveres conjugais para com a sua mulher, e da mesma forma a mulher para com o seu marido. A mulher não tem autoridade sobre o seu próprio corpo, mas sim o marido. Da mesma forma, o marido não tem autoridade sobre o seu próprio corpo, mas sim a mulher”
(NVI – tradução da Nova Versão Internacional)

A proposta desse artigo não é fazer análises hermenêuticas e exegéticas de textos bíblicos, mas é inevitável não fazermos algumas citações. A partir deste recorte bíblico, pode-se observar no referido texto que o comprometimento sexual e corporal é mútuo, não cabendo a uma das partes a obrigatoriedade involuntária, isto se evidencia pela insistente expressão “da mesma forma”. Em conformidade com esta perspectiva, atualmente, no Brasil, desde 2009, segundo a Lei 12.015 do Novo Código Penal, configura-se como *estupro marital* (ou *estupro matrimonial*) quando um dos cônjuges por meio da força obriga a outra parte a ter relações sexuais, ainda que dentro do casamento.

Neste sentido, o discurso religioso pode ser uma notória manifestação de validação da violência simbólica contra a mulher dentro da igreja, conforme denúncia relatada no site do projeto: “ouvi um dos pastores falar em púlpito que a mulher nunca pode negar sexo ao marido por estar chateada ou de mal do humor, caso contrário, estará abrindo brechas para a traição do marido” (REDOMAS – *relatos*, 2018, s.p.). Fica perceptível uma dominação masculina imperada sobre a mulher por meio dos discursos, confundindo-se a noção de



submissão/comprometimento com a noção de dominação/propriedade, além de ignorar as mudanças do papel social da mulher ao longo da história bíblica e pós-bíblica.

A noção de pecado é resgata pela cartilha no intuito de, numa lógica bourdieusiana, ter condições de validação do discurso simbólico e como estratégia de campo para disputa das mulheres no cenário atual. Nesse sentido, valendo-se dos elementos linguísticos constitutivos à religião cristã, as idealizadoras do movimento entendem que “pecado é um estado de caos que atinge todas as relações. É o afastamento de Deus que leva a ações pecaminosas de abuso e violência entre seres humanos” (PROJETO REDOMAS, 2018, p. 07). Nesse viés, é o pecado que acentua as desigualdades e torna distinto aquilo que era outrora semelhante, produzindo uma lógica de dominação e criando a condição de poder entre o opressor e o oprimido(a). Como base bíblica para tal concepção, o movimento usa Gênesis 3:16, que é uma das sentenças que Deus profere contra Eva após o pecado de desobediência por ter comido da árvore do bem e do mal: “Seu desejo será para o seu marido, e ele a dominará” (NVI). Nesta concepção, a diferença de gênero só começa a existir partir do pecado de Adão e Eva, então, sendo assim, a cartilha defende que essa não era a proposta divina inicial, mas sim a consequência do erro/pecado.

A partir desse texto bíblico, Gênesis 3:16, o projeto entende que “a dominação do homem sobre a mulher não é a vontade de Deus, mas resultado de uma humanidade caída, que se afastou do propósito original” (PROJETO REDOMAS, 2018, p. 07). A cartilha defende a noção de que o propósito inicial de Deus para a humanidade perpassa a paz, a igualdade e a justiça, ou seja, as distinções não se dão por gênero masculino ou feminino, como se percebe em alguns discursos religiosos (PROJETO REDOMAS, 2018). Elas defendem que, historicamente, a sociedade ocidental é constituída sob os pilares de uma lógica machista, então, houve um distanciamento do inicial propósito divino como posto no Jardim do Éden e assim reproduziram-se as desigualdades de gênero com relativa naturalidade e forte aceitação coletiva, inclusive nos seios eclesiais na modernidade tardia, especialmente no Brasil.

A noção da religião como uma instância socializadora e educativa pode cooperar significativamente com a resignificação do papel social da igreja e assim combater a violência de gênero. Tanto é assim creditado tal possibilidade que a cartilha apresenta as igrejas como uma importante rede de apoio às mulheres (PROJETO REDOMAS, 2018, p. 10), desde que crie para isto um intencional programa de acolhimento às mulheres vítimas de



violências, favoreça a discussão sincera sobre a violência nos lares cristãos e desmistifique o papel social da mulher na sociedade e na igreja. Contudo, tal ideal ainda parece estar relativamente distante no horizonte do cristianismo brasileiro, conforme pesquisas feitas por Valeria Cristina Vilhena (2009), Jesus (2015) e Parada (2017).

A cartilha enfatiza que a igreja, como parte do Corpo de Cristo (cf. 1 Coríntios 12), não pode deixar de acolher e combater a violência contra a mulher. Por essa razão, o movimento acredita que as ações assertivas, preventivas e proativas não devem ser praticadas apenas pelos grupos de assistência social ligados ao Estado ou apenas pelas mulheres enquanto categoria de gênero. A igreja, como Corpo, também tem que assumir responsabilidades, pois “quando uma parte do Corpo sofre, o resto sofre junto” (PROJETO REDOMAS, 2018, p. 11). Por esta razão, a cartilha faz uma convocatória de que todos da comunidade cristã, todos da liderança da igreja e todos os membros da fraternidade, precisam estar envolvidos, intencionalmente, em um claro objetivo de tornar a igreja um espaço seguro para acolher as vítimas de agressão de gênero e de combater a violência à mulher. Fica evidente o chamado a todos, por entender que essa causa não é apenas de um grupo, mas sim de todos.

A cartilha propõe algumas iniciativas que podem favorecer a criação deste modelo de igreja como espaço seguro para acolher as vítimas e combater a violência contra a mulher. Abaixo destacaremos algumas destas medidas práticas:

- Aprender a chamar a violência pelo nome: pecado. Manifestar essa verdade em declarações públicas, assumindo que a violência desrespeita a imagem de Deus e nunca pode ser tolerada ou justificada;
- Incluir a questão da violência contra mulher nos sermões, estudos bíblicos e currículos teológicos, discutindo a questão também em espaços de formação e instituições de ensino da igreja ou denominação;
- Criar um órgão integral para atuação, indicando uma responsável por enfocar, monitorar e corrigir violência. Certificar-se de que o órgão e/ou grupo receberá apoio das lideranças da igreja e fundos necessários para realização das funções.
- Criar um grupo de apoio para as mulheres: um espaço seguro em que elas possam compartilhar suas dores, angústias e encontrar apoio e coragem para denúncia e cura;
- Oferecer oportunidades de amparo para a vítima e para o autor da violência. Desenvolver práticas e políticas para responsabilizar os agressores perante a igreja e a sociedade.

(PROJETO REDOMAS, 2018, p. 11)



Conforme se observa nas medidas práticas destacadas anteriormente, a igreja pode vir a ser um importante espaço de acolhimento das vítimas e de combate a violência de gênero, mas para isso, conforme já foi reafirmado, é necessário um engajamento coletivo de todos, desrotulando os preconceitos contra a mulher, oportunizando condições de ressignificação dos discursos acerca de gênero e desmistificando o domínio masculino no âmbito eclesial. É válido destacar que, conforme advertência das idealizadoras da cartilha, o agressor muitas vezes está na mesma comunidade cristã que a mulher agredida/violentada. Neste caso, requer maior atenção para proteger a integridade da pessoa agredida e, ao mesmo tempo assistir o agressor no intuito de oportunizar, se for o caso, formas de tratamento, intervenção e reabilitação, isto porque “ele (o agressor) também precisa da Graça e do Amor de Cristo” (PROJETO REDOMAS, 2018, p. 12 – destaque das autoras). O que não invalida ou anula a denúncia e as penalidades ao agressor. Entretanto, a proposta, segundo o Projeto Redomas, é que a igreja e as comunidades cristãs sejam um local para convivência, igualdade, respeito, amabilidade e direitos, entre: homens e mulheres, entre mulheres e homens.

A perspectiva religiosa, como foi tratada nesse artigo, não retira da violência contra a mulher o seu teor de crime em que se deva ser aplicado às penalidades legais, porém acredita-se, por ser um ambiente religioso, que a transformação é possível. Nesse sentido, torna-se necessário reiterar que a noção e a categoria “pecado” foi abordada e fortemente enfatizada nesse artigo por ser um linguajar específico, distintivo e representativo dentro das comunidades cristãs. Obviamente que a violência em que está submetida a mulher não deve ser entendida apenas como “pecado” em termos espirituais/religiosos, mas sim como um crime em que deva ser aplicado as penas legais cabíveis, assim como as medidas legais protetivas a mulher.

A partir de uma perspectiva bourdieusiana de disputa de campo a linguagem/discurso é estruturalmente simbólico e legitimador dos padrões sociais. Por essa razão, reiteramos a importância da compreensão da categoria “pecado” para a abordagem do Projeto Redomas como estratégia de disputa de campo, como se propõe na cartilha. Contudo, registra-se aqui que a violência contra a mulher não deve ser tratada apenas como “pecado”, mas essencialmente como um crime.



Considerações finais

A cartilha recém-publicada (2018) pelo Projeto Redomas: “Não é falta de oração – cartilha de combate à violência contra mulher em igrejas e comunidades cristãs”, é um importante manual para desmistificar a violência de gênero e colocar em debate a condição social da mulher dentro das igrejas. A cartilha é um recurso que torna possível replicar o movimento em diversos outros espaços cristãos por meio de grupos de estudos, debates e reflexões sobre a violência contra a mulher. Neste sentido, o que é *apenas* um movimento de algumas mulheres, pode vir a ser um movimento cristão de luta por igualdade, respeito, amabilidade e direitos sociais entre homens e mulheres, transformando os ambientes religiosos em que ainda contém discursos e práticas machistas naturalizadas em um espaço acolhedor às vítimas e também um local de combate à violência de gênero contra a mulher.

O problema de investigação como proposto foi satisfatoriamente respondido, ou seja, no decorrer do texto foram apresentados recursos, a exemplo da cartilha recém-publicada, de como sobrepujar o discurso machista em comunidades cristãs e de como tornar as igrejas em espaços de acolhimento às vítimas e de enfrentamento à violência contra a mulher. Portanto, entende-se que os objetivos desse artigo foram satisfatoriamente alcançados, e assim, dando visibilidade a iniciativas como as do Projeto Redomas, desvelando a violência, e a violência simbólica, em que estão submetidas as mulheres nos espaços cristãos.

O autor Pierre Bourdieu foi importante para compreensão da noção de campos de disputa em que as mulheres estão submetidas em igrejas e comunidades cristãs. O conceito de violência simbólica foi crucial para apreensão dos mecanismos subjetivos que se fazem presentes nos discursos religiosos que são ainda, majoritariamente, machistas e que estão postos em estado de naturalização e aceitação coletiva. Bourdieu também foi imprescindível para concepção de que a questão de gênero é, historicamente e socialmente, um campo para se classificar, desclassificar e reclassificar os padrões sociais, sendo, portanto, um espaço de distinção e de luta. O enfrentamento à violência de gênero em comunidades cristãs insere as igrejas na sociedade e no tempo histórico em que se vive hoje, ressignificando o papel social das igrejas e suas responsabilidades coletivas de amparo, acolhida e justiça.



Referências

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Tempo, 2003.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2014.

JESUS, Damásio de. *Violência contra a mulher: aspectos criminais da Lei n. 11.340/2006*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LEFÈBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia: contribucion a la teoria de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

PARADA, Carolina S. *Representações sociais de gênero na violência contra a mulher*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

PLATH, Sylvia. *A redoma de vidro*. São Paulo: Globo, 2014.

PROJETO REDOMAS. *Não é falta de oração – cartilha de combate à violência contra mulher em igrejas e comunidades cristãs, 2018*. Disponível em: <<http://projetoedomas.com/wp-content/uploads/2018/07/cartilha-redomas.pdf>>. Acesso em: 15 de agosto de 2018.

REDOMAS. *Quem somos*. Disponível em: <<http://projetoedomas.com/sobre/>>. Acesso em: 15 de agosto de 2018.

_____. *Relatos*. Disponível em: <<http://projetoedomas.com/sobre/>>. Acesso em: 15 de agosto de 2018.

VILHENA, Valéria Cristina. *Pela voz das mulheres: uma análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas atendidas no Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher – Casa Sofia*.



Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Universidade Metodista de São Paulo, 2009.
152 f.

